Boletim Paulista de Geografia

AGB SÃO PAULO DESDE 1934

Dossiê
Geografia e Marxismo

Naturalização do valor e topografia do mercado: conceitos geo-históricos do capitalismo entre Marx e Braudel

João Carlos Borghi

Universidade de São Paulo (USP)
São Paulo, São Paulo, Brasil
joao.bruder@usp.br



Boletim Paulista de Geografia

Ano: 2026

N°: 116

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

Naturalização do valor e topografia do mercado: conceitos geo-históricos do capitalismo entre Marx e Braudel

Resumo

Pretendemos analisar como a teoria do valor de Karl Marx é apropriada por Antônio Carlos Robert Moraes em sua abordagem *geo-histórica* do capitalismo, sobretudo a partir de sua clássica definição de *valorização do espaço.* Demonstraremos, primeiro, como, para nós, as categorias marxianas de *valor* e *valorização* são naturalizadas por Moraes em dois de seus textos fundamentais. Em seguida, destrinchamos a possível convergência entre sua concepção de valor e sua adesão à teoria do *sistema-mundo moderno* de Immanuel Wallerstein, recuperando, para tanto, a matriz *braudeliana* dessa abordagem do modo de produção enquanto *capitalismo histórico*. Como suporte crítico para a investigação, nos apoiamos em estudos de *O Capital* de Marx que privilegiam uma caracterização sociológica do *valor* e no contraponto da historiadora Ellen Meiksins Wood a respeito da origem e do desenvolvimento do sistema capitalista. O propósito desse diálogo é sobretudo o de tensionar diferenças conceituais, e, à luz da exposição por Marx das formas capitalistas e de seus *fetichismos* em *O Capital,* colaborar para uma perspectiva analítica socialmente crítica a respeito dos fenômenos geográficos sob a ordem capitalista. Adicionalmente, visando a desnaturalização do valor na geografia histórica do capitalismo, esboçamos uma distinção entre processos socioespaciais formadores desse modo de produção e aqueles inerentes a essa forma social já vigente. Argumentamos que apenas dentre os processos do segundo tipo estão presentes os caracterizados especificamente como *valorização*.

Palavras-chave: Valor; Valorização do espaço; Geo-história; Capitalismo

Naturalization of Value and Topography of the Market: Geo-historical Concepts of Capitalism between Marx and Braudel

Abstract

We intend to analyze how Karl Marx's theory of value is appropriated by Antônio Carlos Robert Moraes in his geo-historical approach to capitalism, particularly based on his classic definition of the valorization of space. First, we will demonstrate how, in our view, the Marxian categories of value and valorization are naturalized by Moraes in two of his fundamental texts. Next, we unpack the possible convergence between his conception of value and his adherence to Immanuel Wallerstein's modern world-system theory, recovering, to this end, the Braudelian matrix of this approach to the mode of production as historical capitalism. As a critical framework for this investigation, we draw on studies of Marx's *Capital* that favor a more sociological characterization of value, as well as on historian Ellen Meiksins Wood's counterpoint regarding the origins and development of the capitalist system. The primary purpose of this dialogue is to highlight conceptual tensions and, in light of Marx's exposition of capitalist forms and their fetishisms in *Capital*, to contribute to a socially critical analytical perspective on geographical phenomena under the capitalist order. Additionally, aiming to denaturalize value within the historical geography of capitalism, we outline a distinction between the socio-spatial processes that formed this mode of production and those inherent to this already established social form. We argue that it is only among the latter type of processes that those specifically characterized as valorization are present.

Keywords: Value; Valorization of space; Geo-history; Capitalism.

Apresentação

O problema do caráter natural ou social do *valor* em *O Capital* de Marx (1985) é objeto de intenso debate entre pensadores marxistas de muitas gerações. As diferentes interpretações em grande medida decorrem de ambiguidades e contradições nos próprios escritos de Marx, mas também, principalmente, decorrem de como esses escritos foram e seguem sendo assimilados em diferentes contextos sociais, políticos e intelectuais. Desejamos com este artigo contribuir para o delineamento do âmbito teórico em que as concepções de *valor* e *valorização* de Marx são apropriadas para a abordagem *geo-histórica* do capitalismo de Antônio Carlos Robert Moraes. Tomamos como centro de nossa análise *Geografia Histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia* (2011), especialmente o texto *Geografia Histórica do Capitalismo* que abre o livro (p. 15-38) e a retomada que o autor faz ali de sua clássica conceituação de *valorização do espaço*. Nesses escritos, o autor condensa décadas de desenvolvimento teórico e sua abordagem mais geral do sistema capitalista, sua formação e seu desenvolvimento socioespacial.

Iniciamos nossa análise, entretanto, por outra obra fundamental, *Geografia Crítica: A Valorização do Espaço* (1984), escrita por Moraes conjuntamente com Wanderley Messias da Costa ainda no contexto da chamada *Geografia Crítica* - movimento de transformações e de aproximação da geografia com o marxismo que marcou as décadas de 1970 e 1980. Como tentaremos demonstrar, consideramos que já neste texto o *valor* é naturalizado e o processo de *valorização* é generalizado para toda e qualquer forma social de produção do espaço. A mesma generalização permanece presente décadas depois, em sua *Geografia Histórica do Capitalismo*. Baseamo-nos para nossa argumentação em *O Capital* de Marx (1985), mas também em esmiuçamentos de sua teoria por interpretações que enfatizam o caráter estritamente *social* e capitalista do valor, e que ganham maior densidade em pesquisas contemporâneas sobre a obra marxiana com as quais Moraes não necessariamente teve contato.[1]

[1] Particularmente, apoiamo-nos em estudos como os de Issac Rubin (1987, 2023, 2024), Jorge Grespan (2012), Michael Heinrich (2024) e Rafael Padial (2024).

Ao identificarmos um viés naturalizante do *valor* na geografia de Moraes, abrem-se diferentes caminhos para investigação de seus lastros teóricos. De imediato poderíamos associá-lo às características híbridas próprias da disciplina geográfica e de sua formação entre as ciências naturais e as ciências sociais, ou atribuí-lo às bases da Geografia Política de Moraes na *Antropogeografia* de Friedrich Ratzel. Ou ainda, poderíamos relacioná-lo com influência da interpretação ontológica de Georg Lukács sobre a recepção de Marx pelo nosso autor. Contudo, não nos propomos aqui a esse estudo *genético* mais amplo da definição de *valor* na obra de Moraes. Neste artigo buscaremos rastrear uma hipótese mais modesta e específica, não excludente das demais, de que a naturalização do *valor* na abordagem geo-histórica do capitalismo por Moraes encontra sustentação em sua matriz *braudeliana*, ou é reforçada por ela.

Numa espécie de reconstituição genealógica, buscaremos demonstrar como os conceitos de capital e capitalismo aparecem em textos de Braudel e como tais conceitos prevalecem como núcleo teórico em autores do *sistema-mundo capitalista* como Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi. É com esses últimos que Moraes comunga em grande medida a tentativa de combinação entre as matrizes conceituais marxiana e braudeliana para análise do capitalismo. Esse percurso nos permitirá evidenciar como, a despeito do referencial marxiano ser também constituinte das teorias de Wallerstein e Arrighi, permanece como central nelas a acepção de *capitalismo histórico* atribuída por eles mesmos a Braudel e sua *topografia antiga das economias-mundo*. Na *Geografia Histórica do Capitalismo* (Moraes, 2011), entendemos que o conceito de *valorização do espaço* associa-se a definições topográficas e de longa duração para capital e capitalismo que são próprias do pensamento *braudeliano*. Para essa reconstituição, nos apoiaremos no contraponto de Ellen Meiksins Wood (2001 e 2014), que recupera e sistematiza décadas de debate a respeito da definição, da origem e do desenvolvimento das sociedades capitalistas, e de quem as posições antagonizam diretamente com as de Braudel e seus sucessores.

Não se trata aqui, portanto, de identificar relações de causalidade que originam determinada concepção de *valor* em Moraes, mas de demonstrar a convergência teórica entre

essa concepção e uma das doutrinas que fundamentam sua abordagem *geo-histórica* do capitalismo.

Ao final, arriscamos uma reconciliação entre a geografia histórica de Moraes e nossa interpretação do conceito de valor através de uma distinção entre processos originários e de expansão das relações capitalistas e processos de valorização já operantes na normalidade dessas relações. Essa distinção almeja corroborar com o referenciamento das categorias de análise geo-histórica nas relações sociais que as determinam e, com isso, tentar fortalecer também o caráter crítico e transformador de nossa abordagem dos fenômenos geográficos. No mesmo sentido, buscaremos demonstrar como a tomada da topografia antiga do mercado como definidora do *capitalismo histórico* pode reproduzir o *fetichismo* característico desta forma social no presente.

Recepção naturalizante do valor em *Geografia Crítica: A Valorização do Espaço* (1984)

Como se sabe, Antônio Carlos Robert Moraes foi um dos responsáveis pela introdução de um referencial teórico marxista na geografia, num movimento de renovação crítica da disciplina a partir do final da década de 70. De certo ponto de vista, podemos dizer que tal deslocamento direcionou-se num sentido de "historicizar" ou "sociologizar" a geografia, superando uma análise espacial ou territorial a partir de suas determinações meramente físicas ou "absolutas".

Como parte desse processo Robert Moraes e Wanderley Messias da Costa publicaram em 1984 *Geografia Crítica: A Valorização do Espaço.* Nessa obra, os autores buscam incorporar a teoria do valor de Marx à análise dos objetos tradicionalmente investigados pela geografia. Todavia, entendemos que o principal conceito desenvolvido, o de *valorização do espaço*, acaba recaindo em concepções de valor e valorização aquém da crítica social desenvolvida por Karl Marx em *O Capital* (1985), no qual teriam se embasado.

Embora Moraes e Costa em diversas passagens desse livro reconheçam o valor enquanto uma "categoria social" ou uma "realidade social", e que esta desnaturalização do valor seria um ponto fundamental de superação crítica da *Economia Política clássica* por Marx; contraditoriamente, eles transpõem tais categorias para qualquer sociedade em uma visão

marcadamente ontológica: "Não existe o ser social sem trabalho. Não existe trabalho sem criação de valor. Todo processo social explica-se assim, em última instância, pelo recurso às categorias valor e trabalho." (Moraes e Costa, 1984, p.116). A transposição da produção de valor para além da sociedade capitalista desemboca numa concepção de que o trabalho humano em geral é criador de valor, o que recai em certa naturalização dessa forma social tal como é característico da Economia Política. Valor e trabalho seriam categorias trans-históricas que poderiam assumir diferentes roupagens sociais.

Essa compreensão da teoria do valor de Marx, por sua vez, condicionará a análise da relação sociedade-espaço enquanto *valorização do espaço*, processo igualmente geral, cujas existências particulares seriam determinadas pelos diferentes modos de produção no qual tal processo estaria inserido.

> Ninguém levantará dúvidas à afirmação de que as formas espaciais criadas por uma sociedade exprimem o condicionamento da estrutura econômica que ali domina. Entretanto, se esse processo possui uma realidade específica em cada modo de produção, por outro lado ele expressa uma universalidade. Em qualquer época e em qualquer lugar, a sociedade, em sua própria existência, valoriza o espaço. (Moraes e Costa, 1984, p. 122)

Tal apropriação dos conceitos de valor e valorização destoa da nossa leitura de *O Capital* a respeito, na qual o processo de valorização já é ele próprio historicamente determinado, não ocorrendo em outras sociedades. Ainda que o tema seja bastante complexo e controverso, já em sua primeira linha, ao enunciar as primeiras categorias econômicas a serem analisadas, Marx abre *O Capital* circunscrevendo sua análise "às sociedades em que domina o modo de produção capitalista" (Marx, 1985, p.45). Em diversas passagens, desde a primeira seção do Livro I, ele é bastante categórico em restringir a sua *teoria do valor* à especificidade histórica da sociedade capitalista.

> A reflexão sobre as formas da vida humana, e, portanto, também sua análise científica, segue sobretudo um caminho oposto ao desenvolvimento real. Começa post festum e, por isso, com os resultados definitivos do processo de desenvolvimento. As formas que certificam os produtos do trabalho como mercadorias, e portanto, são pressupostos da circulação de mercadorias, já possuem a estabilidade de formas naturais da vida social, antes que os homens procurem dar-se conta não sobre o caráter histórico dessas formas, que eles já consideram imutáveis, mas sobre seu conteúdo. (...) Tais formas constituem pois as categorias da economia burguesa. São formas de pensamento socialmente válidas e, portanto, objetivas para as condições de produção desse modo social de produção, historicamente determinado, a produção de mercadorias. Todo o misticismo do mundo das mercadorias, toda magia e fantasmagoria que enevoa os produtos do trabalho na base da produção de mercadorias,

> desaparece, por isso, imediatamente, tão logo nos refugiemos em outras formas de produção. (Marx, 1985, p. 73)

A exposição crítica das categorias da Economia Política - mercadoria, circulação, dinheiro, etc. - como expressões do valor, pressupõe explicitamente a existência histórica do próprio modo de produção capitalista já desenvolvido. Acreditamos que ao longo de sua obra, Marx determina cada vez mais o próprio conceito de valor enquanto uma *sociabilidade dominante* que caracteriza as sociedades capitalistas, ou seja, que é própria destas relações de propriedade, produção e circulação historicamente postas. Entendemos que essa forma social capitalista, *o valor,* requer que a produção social já tenha assumido historicamente a forma *necessária* de mercadorias voltadas à venda, ou seja, que toda produção privada tenha que buscar no mercado sua validação social e, ao mesmo tempo, as condições para sua reprodução.

Essa generalização da produção de mercadorias, por sua vez, implica também que a força de trabalho ela mesma esteja disponível para troca enquanto mercadoria, e que, quando consumida por seu comprador capitalista, produza para ele um valor maior do que o seu próprio valor. Essa parcela "não paga" do produto do trabalho é que se realiza socialmente no mercado enquanto mais-valia, valor a mais. Só assim, enquanto *capital produtivo ou industrial* cujo valor excedente baseia-se diretamente no consumo produtivo da mercadoria força de trabalho (em outras palavras, na exploração de uma classe capitalista sobre uma classe de trabalhadores) o capital adquire sua definição essencial enquanto *valor que se autovaloriza*. Só assim, a própria produção social adquire enfim a forma de *valorização*.

Entendemos que só nessa forma moderna, *do capital industrial*, a produção, o comércio, o sistema de crédito, a divisão do trabalho e o conjunto das relações sociais ficam subordinados aos imperativos do *valor,* ou à *lei do valor* - essa "objetividade espectral" socialmente posta, "fantasmagórica", que caracteriza e diferencia o capitalismo de outros modos ou formas sociais de produção, propriedade e circulação. Em que as relações sociais adquirem a forma natural das coisas e as coisas adquirem as determinações sociais de mercadoria, dinheiro, valor e capital. Voltaremos a esses temas mais adiante.

Nos aproximamos aqui das reflexões de Bruno Moreira Riani Costa em seu artigo *Forma valor e valorização do espaço: notas para um debate na geografia crítica* (2021). O autor

faz um estudo mais detalhado de *Geografia Crítica: A Valorização do Espaço* e contrapõe à noção de valorização expressa por Antônio Carlos Robert Moraes e Wanderley Messias da Costa àquela presente no que chama de *abordagem marxista da forma social do valor*, cujo principal expoente é Isaac Rubin (1987). A partir desse diálogo, Bruno Costa propõe uma distinção entre *produção social do espaço em geral* e *valorização do espaço*, restringindo a segunda ideia aos processos socioespaciais especificamente capitalistas.

Também apoiamo-nos, para nossa caracterização de uma recepção naturalizante da teoria do valor na Geografia Crítica de Robert Moraes, no seu espelhamento com a interpretação "sociologizante" da teoria do valor de Marx por Isaac Rubin de que o valor é uma forma social que distingue o capitalismo. Essa interpretação, por sua vez, é acompanhada e criticada em diferentes graus por inúmeros comentadores contemporâneos. Apesar das divergências que permeiam esse debate, é bastante consensual que a consideração do *valor* em *O Capital* consiste, antes de mais nada e fundamentalmente, em uma crítica a essa categoria econômica e a sua particularidade histórica. Entendemos que há uma ampla convergência nas interpretações da teoria do valor de Marx em considerá-la uma teoria social. Partimos desse acúmulo para a revisão crítica da sua naturalização que pretendemos aqui.

***

Não poderemos desenvolver nessa investigação as divergências que permeiam esse consenso mais geral, mas é oportuno ao menos tomar nota sobre os debates acerca do *trabalho abstrato como substância do valor*. Em *O Capital,* Marx atribui à abstração dos trabalhos privados no processo de trocas ora um caráter relacional/ social, ora um caráter fisiológico/ natural (1985, p.49), o que enseja muitas diferenças de leitura. Destacamos sobre isso a discussão entre Rubin e Dashkovski na década de 1920, traduzida para o português recentemente na revista Eleuthería (Rubin, 2024 e Dashkóvski, 2024). Assim como Rubin, o crítico contemporâneo Michael Heinrich (2024) sustenta que tanto o valor quanto o trabalho abstrato têm um caráter especificamente social, mas que aparecem como naturais na sociedade capitalista dadas suas mistificações (cap 3, p.51). Ele ainda atribui à definição fisiológica do trabalho abstrato por Marx a resquícios da *Economia Política clássica* que contradizem o

sentido geral de sua própria crítica (p.61). Já Jorge Grespan (2012), em consonância com muitos outros intérpretes, ao mesmo tempo em que atribui um caráter social ao valor, sugere um caráter ao mesmo tempo *social* e *fisiológico* do trabalho abstrato, tomando as duas definições como complementares (item *6,* p.51). Numa interpretação mais distante e naturalizante, Moraes e Costa (1984) definem o valor de uso como substância do valor (p.110). Como qualquer sociedade produz valores de uso, recai-se novamente na ideia de que todo trabalho produz valor, portanto que toda produção de espaço *o valoriza*. Rafael Padial (2024), por sua vez, critica leituras como a de Georg Lukács justamente por confundir valor e valor de uso e por amparar-se em manuscritos de Marx de 1844. Segundo Padial tais manuscritos estariam ainda vinculados ao pensamento ontológico e substancialista de Ludwig Feuerbach com o qual Marx romperia nos anos seguintes (p.293), e que não corresponde com as concepções depois desenvolvidas em *O Capital*. Além disso, esse autor sugere atribuir a Marx uma teoria do *valor-trabalho abstrato* diferenciando-a de uma mera teoria do valor-trabalho pelos economistas que o antecederam e na qual considerava-se o trabalho humano em geral criador de valor (p.321).

Valorização do espaço na *Geografia Histórica do Capitalismo* (2011)

Apesar das transformações no debate teórico e na própria trajetória intelectual de Robert Moraes ao longo de quase três décadas, o núcleo de sua concepção de valor permaneceu o mesmo em sua *Geografia Histórica do Brasil: Capitalismo, território e periferia* (2011). A mesma ideia de *valorização do espaço* presente em 1984 é retomada agora como processo histórico formador de espacialidades. Abarca-se nesse conceito a apropriação e transformação dos meios naturais, a produção dos espaços humanos, a organização do espaço produzido, etc, fenômenos estudados pela geografia cuja recorrência seria possível verificar em toda e qualquer sociedade humana. Como já vimos, entendemos que em Marx, diferentemente, os conceitos de valor e valorização já seriam eles próprios historicamente delimitados pelo capitalismo. De todo modo, a abordagem geo-histórica desse livro de Moraes visaria justamente *qualificar historicamente* esses processos tidos por ele como gerais.

Sua qualificação da *valorização do espaço*, dar-se-ia então através de graus ascendentes de particularização: primeiro pela categoria "modo de produção". A depender das relações de produção de determinada sociedade, valoriza-se o espaço de forma correspondente, como uma primeira diferenciação desse processo universal. Nesse grau de particularização, ele já delimita sua geografia histórica do capitalismo (Moraes, 2011, p.15) às formas de valorização específicas desse *modo de produção*, que ele caracteriza então como *sistema-mundo moderno* a partir de Immanuel Wallerstein (1984).

Na sua *Geografia Histórica do Capitalismo*, Moraes oferece uma análise da origem e da expansão do capitalismo em diferentes escalas, a partir da identificação de sua espacialidade diferencial: um sistema cuja expansão se manifesta na imposição de uma *homogeneização diferenciadora* dos territórios, criando ao mesmo tempo interligações e distinções entre regiões. Essa abordagem indica que, embora a lógica capitalista se espalhe globalmente, suas manifestações são marcadas por trajetórias históricas específicas. Para o autor, capitalismo em ascensão cria diferentes formas produtivas subsumidas a si, com diferentes temporalidades, e as organiza em um sentido geral de dominação político-econômica.

> Esse sistema, como posto, possui uma lógica que visa subordinar todas as formas de produção defrontadas em seu avanço territorial, o que não implica de imediato em destruí-las. Ao contrário, o capitalismo em sua expansão demonstrou uma grande capacidade de adaptação e convivência com estruturas que lhes eram estranhas, associando-se ou criando subsistemas que em tese negavam as características constituintes de sua essência. (Moraes, 2011, p.21)

A espacialidade do sistema mundial vai se conformando através da apropriação dos lugares e da ordenação dos territórios, na formação de *centros e periferias*, com o estabelecimento de uma rígida hierarquia entre as localidades e regiões correspondentes a cada uma das diversas formações produtivas no globo. Tal diferenciação espacial se expressa ainda nas concentrações e vazios de *capital* e de *relações propriamente capitalistas* de produção em cada quadrante do sistema-mundo capitalista (Moraes, 2011).

Ele explica que o capitalismo se expande também instituindo diferentes formas de produção ao realizar a subsunção daquelas já previamente existentes à sua lógica estrita, a do "capitalismo propriamente dito" (Moraes, 2011, p.19). Nesse processo diferentes arranjos produtivos no globo convivem com a expansão de relações diretamente capitalistas. Ao mesmo tempo, configurando um processo contínuo de subordinação, a dominação capitalista busca

transformar todas as demais formas produtivas em formas propriamente capitalistas. A multiplicidade desses processos de subordinação e passagem ao capitalismo, Robert Moraes classificou em diferentes *vias de desenvolvimento*, que respondem aos diferentes quadros pré-coloniais e suas distintas inserções no sistema capitalista em formação e que por sua vez implicam em *diferentes formas de valorização do espaço* (Moraes, 2011). Trata-se, portanto, de um novo grau de diferenciação dos processos universais de valorização do espaço, agora já internamente ao próprio modo de produção capitalista ou sistema-mundo capitalista. Em um grau ainda mais elevado de particularização e diferenciação, Moraes também considerará as formas de valorização do espaço de acordo com a especificidade de cada *formação territorial*.

A principal distinção entre as múltiplas formas particulares de valorização do espaço sob o capitalismo sugerida por Moraes seria entre processos de *valorização capitalista do espaço* de um lado, e *formas capitalistas de valorização do espaço* de outro. Sinteticamente, sustenta que nos países e regiões em que primeiro desenvolveram relações de produção capitalista conformou-se o centro do sistema, onde há maior fixação de capital e de relações propriamente capitalistas de produção e onde se desenvolveriam processos de *valorização capitalista do espaço*. Por outro lado, nas regiões onde há expansão do sistema-mundo capitalista através da dominação de outras formas produtivas, sem fixação de capital, haveria, distintamente, *formas capitalistas de valorização do espaço* (Moraes, 2011). A respeito dessa segunda classificação, esclarece:

> Trata-se portanto, numa conceituação rigorosa, de uma **produção capitalista de relações não capitalistas de produção** (conforme a já consagrada expressão de José de Souza Martins [O cativeiro da terra, São Paulo: Hucitec, 1990]), cuja espacialidade expressa nas "formas capitalistas de valorização do espaço" a manifestação local da "valorização capitalista do espaço" (Moraes, 2011, p.20, grifo do autor)

Ainda que essas relações outras sejam produzidas pelo próprio sistema capitalista na argumentação do autor, reforça-se aqui mais uma vez a generalização da forma social do valor ao imputar-se processos de valorização *a relações não capitalistas de produção*. Ao mesmo tempo, na distinção entre "valorização capitalista do espaço" e "formas capitalistas de valorização do espaço", as últimas aparecem como meras "manifestações locais" da primeira. É como se o processo natural de valorização assumisse diferentes formas sociais até atingir na valorização capitalista uma espécie de *forma essencial* que se diferencia dominando as formas

preexistentes. A *essência* ou *conteúdo* dessa forma dominante (capitalista), entretanto, não a diferencia de nenhuma das formas que a antecederam, sendo o valor uma substância comum a todas elas.

O autor parece apenas circunscrever o capitalismo no espaço e no tempo enquanto sistema, sem, contudo, determinar qual conteúdo social o distingue. O que primeiro deveria qualificar historicamente o processo de valorização do espaço para Moraes, o "modo de produção capitalista", se dissolve também enquanto uma generalidade indeterminada, um sistema que comporta dentro de si formas justapostas capitalistas e não capitalistas, ou capitalistas não capitalistas. Formas que são diferentes entre si, mas que por seu conteúdo são iguais a qualquer forma que antecedeu o próprio sistema. Todas produzindo valor e valorizando o espaço.

Indeterminação conceitual e origem histórica do capitalismo

Essa indefinição histórica ou sociológica do capitalismo se expressa também para nós, na consideração de Moraes sobre a origem do capital e suas vias de desenvolvimento. O autor se apoia no capítulo 24 de *O Capital,* dedicado à "assim chamada acumulação primitiva" apenas para caracterizar a chamada *via clássica* de desenvolvimento ao capitalismo:

> O caso inglês é visto como referência de uma via clássica, tendo a Inglaterra sido utilizada como universo empírico da própria análise de Marx sobre a gênese do modo de produção, nos chamados "capítulos históricos" de *O Capital*. Os componentes que caracterizam esta via de desenvolvimento são bastante nítidos: destruição da ordem feudal precedente, cercamento e divisão das terras, ruptura dos laços de servidão, diferenciação interna do campesinato, êxodo rural, urbanização significativa, incremento da proto-industrialização, constituição de uma classe mercantil articulada nacionalmente, e notadamente, como culminância de tais processos, a ocorrência de uma revolução política afastando a antiga aristocracia do comando do aparelho de Estado. Porém, tal encadeamento de processos não pode ser generalizado, como se fossem estas as características da gênese de todas as formações sociais capitalistas (Moraes, 2011, p. 26).

Ao destacar elementos particulares e secundários desse processo localizado (o inglês), Moraes acaba por relegar à margem a principal questão conceitual que para Marx caracteriza a chamada acumulação originária de capital ou a origem de novas relações sociais capitalistas: *a separação entre produtores diretos e os meios de produção*. É isso que fundamenta a disponibilidade da força de trabalho para compra no mercado e a emergência do capital industrial como uma nova realidade social. Para Marx, o nascimento do capitalismo é

inseparável do processo de expropriação violenta da massa do povo para acumulação de capital, tanto na Inglaterra quanto no resto do mundo.

Esse eixo desconsiderado por Moraes em sua abordagem das *vias de desenvolvimento*, e especialmente em sua referência à "via clássica inglesa descrita por Marx", nos parece central para compreensão do capital enquanto uma relação social em particular, historicamente determinada. Como nos alerta Moraes, o "encadeamento de processos ingleses" não pode ser generalizado para todas as formações capitalistas nos diferentes quadrantes do globo em diferentes arranjos produtivos e temporalidades. Contudo a exposição do caso inglês por Marx não é meramente de uma via particular dentre outras. O caso inglês é tomado como clássico por Marx por ser originário de novas relações sociais mundialmente inéditas e para caracterizar a *separação* dos meios de produção como fundamento lógico e histórico do capital.

Esse fundamento não necessariamente assume a forma de destruição da ordem feudal, cercamentos, etc. Embora possa haver limites em sua análise demasiadamente centrada no caso inglês, entendemos que Marx admite que tal separação tenha ocorrido de diferentes formas desde então, a partir das diferentes formações econômicas, sociais e políticas pré-existentes. No capítulo citado por Moraes, Marx também vincula diretamente os processos de expropriação sanguinária da massa do povo na Inglaterra com a brutalidade do sistema colonial europeu em diversas partes do mundo, com a formação coercitiva do mercado mundial, a pilhagem, a conquista de territórios, e a escravização massiva em África e nas Américas. Todos esses processos interligados são originários do capital em sua forma final, precedem e compõem historicamente sua totalidade. Marx aborda a acumulação originária de capital enquanto um desenvolvimento histórico articulado de transformação violenta das sociabilidades e das *riquezas* pré-capitalistas em *capital industrial e valor*.

Enfim, acreditamos que na geografia histórica de Moraes, a transposição do processo de *valorização* para todas as sociedades associa-se com a indeterminação conceitual do que faz uma forma social ser capitalista e do que fundamenta o próprio surgimento do capitalismo e o diferencia. De modo geral, Moraes parece diluir os conceitos de valor, capital e capitalista, estendendo-os em certo anacronismo histórico e geográfico a sociedades preexistentes, ou

mesmo, aos diferentes arranjos produtivos subordinados e contemporâneos ao capital em expansão, mas que não necessariamente caracterizam-se por relações diretamente capitalistas.

A principal hipótese deste artigo é de que essas indefinições e generalizações que estamos problematizando vinculam-se à abordagem do capitalismo enquanto sistema-mundo, legada por Moraes de Immanuel Wallerstein. Essa abordagem busca combinar a crítica social de Marx com a historiografia de Fernand Braudel, o que, no nosso entendimento acaba por privilegiar a ideia de "capitalismo histórico" ou "geo-histórico" em detrimento da ideia de um capitalismo, digamos, "sociológico", que associamos aos conceitos de valor e capital enquanto relação social a partir de *O Capital* e parte de seus intérpretes.

Capitalismo geo-histórico e matriz conceitual braudeliana

Embora as dimensões da investigação histórica de Fernand Braudel sejam muito mais abrangentes do que os problemas aqui tratados, a partir de *Civilização Material, Economia e Capitalismo Séculos XV-XVIII* (1996) detectamos alguns indícios de como o autor compreende o capitalismo em sua perspectiva de *longa duração.* De modo geral, ele busca as estruturas quase imóveis da vida econômica que persistiram ao longo de séculos sob a sucessão de conjunturas e eventos menores (de média e curta duração), e então identifica ao longo da história a recorrência e as transformações de diferentes *economias-mundo,* áreas relativamente autônomas do planeta com centros econômicos dominantes que organizam múltiplas unidades políticas e culturais em torno de si, e organizam as atividades materiais e comerciais em zonas intermediárias e periféricas (Braudel, 1996a).

Para Braudel, essa estrutura hierárquica corresponde a uma *topografia antiga* da vida econômica, que organiza-se em "três andares" (Braudel, 1996b). No térreo, encontra-se a *vida material*, um vasto domínio de autoconsumo e rotinas não monetizadas. Acima dela, no primeiro andar, está a *economia de mercado*, o mundo das trocas regulares e mais transparentes. No topo, ou no segundo andar, situa-se o *capitalismo*.

> (...) a distinção setorial, entre o que eu chamo de "economia" (ou economia de mercado) e capitalismo, não me parece uma característica nova, mas uma constante da Europa, desde a Idade Média. (...) é preciso acrescentar ao modelo pré-industrial um terceiro setor, - o andar térreo da não-economia, espécie de humo onde o mercado lança suas raízes, mas sem o prender integralmente. Este andar térreo é enorme. Acima dele, a zona mais representativa da economia

> de mercado multiplica as ligações horizontais entre os diversos mercados; nela um certo automatismo liga habitualmente oferta, procura e preços. Finalmente, ao lado, ou melhor, acima desta camada, a zona do contramercado é o reino da esperteza e do direito do mais forte. E aí que se situa por excelência o domínio do capitalismo - ontem como hoje, antes como depois da Revolução industrial (Braudel, 1996b, p. 197)

Fica claro que para esse autor, o capitalismo e a economia são termos que se opõem, tomando o capitalismo o lugar do "contramercado". Este é o domínio dos grandes negociantes e financistas que usam seu capital, sua informação privilegiada e suas conexões com o poder estatal para manipular os mercados e realizar lucros excepcionais. O capitalismo, nesta visão, seria ao mesmo tempo certa força econômica gravitacional, um pólo geográfico, e o lugar estrutural do ardil e do poder, um jogo para poucos onde a desigualdade na troca é a norma.

A partir dessas definições destacamos duas implicações cruciais que as colocam em tensão direta com as de Marx. Essas distinções, de modo geral, são decorrentes de propósitos científicos gerais bastante desiguais entre Braudel e Marx. Suas preocupações não eram as mesmas, portanto, é natural que suas obras caracterizem de forma diversa os mesmos fenômenos.

Primeiro, e como consequência direta de sua perspectiva da *longa duração*, a origem do capitalismo, enquanto camada superior e que organiza as demais camadas das *economias-mundo,* é deslocada para um período muito mais longínquo. O capitalismo estaria vinculado já na antiguidade, em diferentes partes do mundo, à existência de um centro comercial dominante que delimita uma região. No caso do capitalismo europeu, o autor identifica suas primeiras manifestações nas cidades-Estado italianas entre os séculos XII e XIII.

A própria palavra “capital” teria emergido neste contexto, “com o sentido de fundos, de estoque de mercadorias, de massa monetária ou de dinheiro que rende juros” (Braudel, 1996b, p. 201). Braudel demonstra como as próprias modificações de sentidos atribuídos à palavra “capital” até o século XIX, relacionam-se também a diferentes interpretações sobre a origem e a natureza do capitalismo. Num diálogo direto, Braudel atribui a Marx o sentido de capital enquanto “dinheiro produtivo” ou “valor trabalho”, o que o levaria a identificar o capitalismo de forma mais estreita com a emergência da Revolução Industrial inglesa, situando “os primórdios da ‘era capitalista’ no século XVI” (Braudel, 1996b, p. 207). O capital para Braudel, parece-nos, seria melhor definido enquanto riqueza móvel ou enquanto um conjunto

de bens, não estritamente vinculado à predominância de relações sociais específicas entre capitalistas e trabalhadores. Portanto, a existência do capitalismo precederia em muito a expansão e o domínio desse tipo específico de relação produtiva a partir da Inglaterra. Trata-se de um fenômeno que habita o mesmo "andar de cima" e no centro da topografia de uma *economia-mundo*, ao longo dos séculos, em diferentes lugares.

Uma segunda e fundamental distinção com Marx seria a inversão na relação entre capitalismo e mercado. Para Marx, o mercado é o mecanismo central através do qual a exploração capitalista e a valorização se realizam e, ao mesmo tempo, se mascara sob a aparência de uma troca livre entre equivalentes. As relações sociais capitalistas correspondem ao funcionamento normal do mercado moderno. Para Braudel, o capitalismo é o domínio da quebra das regras do mercado concorrencial, em estreita aliança com o poder estatal. É uma esfera de poder e privilégio que está acima e contra a economia de mercado.

A despeito de seu referencial marxista, entendemos que Immanuel Wallerstein sistematiza e expande a visão de Braudel, baseando-se nela para cunhar o termo "capitalismo histórico" (Wallerstein, 1985). Define o capitalismo como um sistema social singular, historicamente situado. Para Wallerstein, o capitalismo engendra-se como *sistema-mundo* circunscrito em determinado tempo-espaço, que tem sua origem na *economia-mundo europeia* do século XVI de onde segue se expandindo e modificando-se (Wallerstein, 1984).[2]

Wallerstein parece tomar a "topografia antiga" e vertical de Braudel e a amplificá-la para a escala global, transformando a hierarquia de "andares" e “zonas” de uma economia-mundo em uma geografia política do sistema mundial capitalista. O *sistema-mundo moderno*, cuja lei motriz é a acumulação capitalista interminável, tem como *centro* os Estados nacionais fortes da europa ocidental. Este centro dominaria política, econômica e culturalmente as demais áreas do globo *periféricas* ou *semi-periféricas*. As dinâmicas fundamentais desse sistema seriam os processos de troca desigual e divisão internacional do trabalho que perpetuam e

[2] Importante ressalvar que buscamos aqui desenvolver uma genealogia do ferramental teórico braudeliano sem respeitar uma ordem cronológica das obras. A publicação do primeiro volume de *Sistema Mundial Moderno* por Wallerstein em 1974 é anterior aos volumes II e III de *Civilização Material(...)* de Braudel em 1979 aos quais fizemos referência. Isso indica que mais do que uma mera influência do segundo sobre o primeiro, os autores colaboraram mutuamente em suas concepções. Ainda assim, Wallerstein e Arrighi são tributários do pioneirismo de Braudel para suas próprias formulações, o que torna nossa apresentação mais coerente se iniciada por esse autor como antecessor dos demais.

aprofundam as disparidades globais (Wallerstein, 1984). Se para Braudel o verdadeiro capitalismo reside na "camada superior" ou no "contramercado"; Wallerstein o localiza nos "Estados fortes do centro" essa esfera de grandes lucros onde os capitalistas operam acima das regras da concorrência. Esses Estados utilizam seu poder político e militar para criar e garantir "quase-monopólios" para seus capitalistas, estruturando a economia-mundo de forma a extrair excedente das "áreas periféricas" fracas. Desse modo, para ambos o poder estatal é crucial para a formação e manutenção do capitalismo e sua topografia antiga. Ele define uma atividade como capitalista se ela ocorre no mercado com o objetivo de maximizar o lucro.

A natureza das relações de trabalho (seja trabalho assalariado, escravidão ou servidão) parece secundária; para o autor o que importa é a sua integração na divisão geográfica do trabalho na economia-mundo e sua contribuição para a acumulação no centro. Critica expressamente "aqueles que se recusam a aceitar que possa existir o capitalismo como algo além de uma forma específica de relação social no local de trabalho, a de um empresário privado que emprega trabalhadores assalariados" (Wallerstein, 1985, p.15). Tampouco tal relação social seria uma determinação central para formação das classes no sistema social capitalista, ela seria tratada como processos muito mais fluidos e perpassados por grupos de *status* e relações de outras naturezas que não estritamente econômicas, com destaque para as identidades nacionais nos Estados do centro, questões linguísticas, religiosas, étnicas e etc (Wallerstein, 1984) .

O "capitalismo histórico" aqui é, portanto, um sistema que, desde sua origem, incorpora e se beneficia de múltiplas formas sociais de produção, articulando-as em uma única lógica acumulativa em escala mundial. Esta abordagem, parece-nos, segue privilegiando para as definições de capital e capitalismo, as desigualdades geográficas e a *longa duração* das estruturas econômicas como em Braudel, em detrimento da ênfase sobre a forma social das relações de produção e do antagonismo entre duas classes proveniente dessa forma social.

Outro marxista próximo a Wallerstein, Giovanni Arrighi, em sua obra *O Longo Século XX: Dinheiro, Poder e as Origens do Nosso Tempo* (1996), também adota explicitamente o enquadramento analítico de Braudel, a quem atribui a própria noção de "capitalismo histórico". Ele parte da "afirmação de Fernand Braudel de que as características essenciais do capitalismo histórico em sua longa duração - isto é, durante toda sua existência - foram a

'flexibilidade' e o 'ecletismo', e não as formas concretas assumidas por ele em diferentes lugares" (Arrighi, 1996, p. 4), para desenvolver uma teoria própria sobre a dinâmica interna desse sistema ao longo dos séculos de existência. Partilhando da visão wallersteiniana de que o capitalismo histórico é um sistema de longa duração, o seu foco principal recai sobre a forma como este sistema se reestrutura periodicamente através de *ciclos sistêmicos de acumulação* (Arrighi, 1996) .

Sua ideia central é de que o capitalismo evoluiu através de sucessivas hegemonias político-econômicas, cada uma liderando um "longo século" de acumulação (genovesa nos séculos XV-XVII, holandesa nos séculos XVI-XVIII, britânica nos séculos XVIII-XX e americana no século XX). Inspira-se para seu modelo na fórmula geral do capital e seus ciclos de reprodução tal como formulado por Marx (D–M–D′),[3] e na "caracterização braudeliana da 'expansão financeira' como sintoma da maturidade de determinado desenvolvimento capitalista" (Arrighi, 1994, p. 5). Essa fase de expansão financeira também seria o "sinal do outono" de uma hegemonia, abrindo espaço para o surgimento de um novo centro hegemônico que iniciará uma nova fase de expansão material.

Enquanto a análise de Wallerstein está focada na estrutura do sistema-mundo (a relação centro-periferia-semiperiferia), a análise de Arrighi está mais interessada em como o centro de poder e acumulação se desloca ao longo do tempo através de crises e reestruturações de hegemonia. A análise de Arrighi também integra economia e política demonstrando como o poder estatal e o poder do capital se fundem para criar e sustentar as hegemonias globais, argumentando que a acumulação de capital e a construção do Estado reforçaram-se mutuamente. Assim como em Braudel e Wallerstein, as principais dinâmicas do capitalismo parecem deslocar-se das relações sociais de produção e propriedade para a competição interestatal pelo controle do capital no topo do sistema-mundo.

[3] Cada ciclo sistêmico consiste em um padrão recorrente de duas fases distintas. A primeira é uma fase de expansão material (a porção D–M da fórmula), na qual o capital monetário é investido na produção e no comércio, expandindo a economia real. Nesta fase, o capital monetário põe em movimento uma massa crescente de mercadorias — incluindo a força de trabalho e os recursos naturais. Com o tempo, a concorrência se intensifica, os lucros da produção e do comércio começam a diminuir e o capital excedente busca novas formas de valorização. Isso inaugura a segunda fase, a de expansão financeira (a porção M–D′), na qual a acumulação se desloca da produção para a esfera financeira (D–D′). O capital "liberta-se" de sua forma mercadoria e busca lucros através de acordos financeiros.

O contraponto da historiadora Ellen Meiksins Wood

Em *A Origem do Capitalismo* (2001) e *Império do Capital* (2014) Ellen Meiksins Wood elabora a partir da obra de Marx uma síntese própria dos debates acerca da transição do feudalismo ao capitalismo e de seu desenvolvimento contemporâneo. Em sua síntese identificamos certa linhagem entre os debates de Maurice Dobb com Paul Sweezy por volta entre as décadas de 40 e 50, depois aqueles entre Robert Brenner e Immanuel Wallerstein na década de 70, e da própria Ellen Wood com seus contemporâneos Giovanni Arrighi e David Harvey até as décadas de 90 e 2000. O contraponto por ela condensado em suas obras explicita, aprofunda e amplia as tensões conceituais que motivam este artigo. A partir de certa filiação às posições de Dobb e sobretudo de Brenner, Wood dá maior centralidade às *relações e às classes sociais* para definir "capitalismo" e posicionar-se quanto a sua origem histórica, encontrando relativa afinidade com nossa interpretação "sociológica" da teoria do valor de Marx.

Em *A Origem do Capitalismo* (2001), Wood critica o que ela denomina "modelo mercantil", a visão predominante que localiza a gênese do capitalismo na expansão do comércio e no crescimento das cidades. Este modelo, para ela compartilhado por economistas clássicos e mesmo por "certas versões marxistas", pressupõe que o capitalismo é uma consequência quase natural da remoção de obstáculos ao comércio e da libertação do espírito empreendedor da burguesia urbana. Segundo ela: "O efeito dessas explicações é enfatizar a *continuidade* entre sociedades não-capitalistas e capitalistas, e negar ou disfarçar a *especificidade* do capitalismo"(Wood, 2001, p. 14). A autora considera o modelo de Braudel e seus sucessores como certo aprimoramento do modelo mercantil. Embora ele contraponha "mercado" e "capitalismo" em suas definições, o surgimento do segundo estaria bastante atrelado à expansão e ao domínio do primeiro, aos centros comerciais urbanos, tal como contesta a autora. Segundo Wood, ainda que o mercado e o comércio tenham sido condições necessárias para o desenvolvimento do capitalismo, eles precedem a sua existência e são transformados com seu surgimento. Para ela "Marx tenta explicar como a acumulação da riqueza converteu-se, em condições apropriadas - isto é, nas condições sociais já capitalistas (da Inglaterra) -, em capital industrial, deixando de ser o lugar improdutivo da usura e do comércio" (Wood, 2001, p. 48). Trata-se do que Marx chamou de formas *antediluvianas* do capital (capital comercial e capital

portador de juros), que não são ainda propriamente capitalistas por não ter se originado e ainda o capital industrial, como forma social particularmente nova.

Wood argumenta que as cidades e a busca por lucro comercial existem há milênios em diversas sociedades sem jamais terem gerado, por si sós, uma dinâmica capitalista. O problema central do modelo mercantil e de suas variantes seria não explicar a origem do capitalismo, mas a pressupor:

> Muitos historiadores afirmaram estar explicando a transição do feudalismo para o capitalismo. Mas, sob suas diversas formas, a maioria das tentativas de explicar esse processo de transição tende a generalizar leis de movimento que são específicas do capitalismo e transformá-las em princípios universais do movimento histórico (Wood, 2001, p.61).

Acompanhando Brenner (e para além de Marx), Wood localiza a origem das relações sociais capitalistas não nas cidades, mas nas relações de propriedade agrária da Inglaterra do final do período medieval e início da Idade Moderna. Segundo a autora, diferentemente de outras partes da Europa, a Inglaterra desenvolveu uma estrutura agrária singular. Foi ali, pela primeira vez, por uma *contingência histórica,* que tanto a produção da riqueza (por arrendatários e trabalhadores) quanto a sua apropriação (por senhores de terras) foram submetidos aos "imperativos de mercado". Os arrendatários, para manterem o acesso à terra e pagarem seus aluguéis, teriam sido forçados a competir entre si, o que os compeliu a especializar a produção, adotar novas técnicas e, crucialmente, aumentar a produtividade do trabalho para reduzir custos. Os senhores, por sua vez, tinham um incentivo para aumentar os aluguéis com base na produtividade de seus arrendatários, impulsionando ainda mais a competição. O mercado deixaria então de ser um lugar de oportunidades para ser um mecanismo de compulsão (Wood, 2001). Essa nova relação da produção e da apropriação de riquezas com o mercado teria engendrado a proletarização dos produtores diretos e o próprio capital industrial.

Entendemos que a perspectiva geo-histórica de Braudel e seus sucessores estaria dentre aquelas criticadas por Wood, que, ao focar nos grandes mercadores e financistas, vêem o capitalismo como uma *oportunidade* que indivíduos ou grupos poderosos aproveitam para intencionalmente obter lucros. O capitalista seria aquele que consegue se posicionar vantajosamente nas redes de troca para comprar barato e vender caro. A perspectiva de Wood,

baseada em Marx, em contrapartida, vê o capitalismo como uma *compulsão* sistêmica que se impõe a todos os atores econômicos, incluindo aos próprios capitalistas. Uma vez estabelecidas as relações de propriedade capitalistas, os capitalistas agem de forma pragmática e relativamente *involuntária,* sob as leis do mercado. Essa compulsão é o que distingue, para a autora, o capitalismo de todas as outras formas de sociedade, onde a produção é primariamente para o uso e o mercado desempenha um papel secundário e não coercitivo.

Essa distinção fundamental leva a concepções também diferentes sobre a natureza das relações de poder no globo e suas transformações sob o capitalismo. Para Wood, em *Império do Capital* (2014), a última expressão do *imperialismo*, caracterizada pela hegemonia dos Estados Unidos, é a primeira forma de dominação geopolítica determinada diretamente pelos imperativos do mercado. Para a autora, os impérios que antecederam o norte-americano ainda basearam-se primariamente na conquista territorial e na "coerção extra-econômica". O imperialismo capitalista em sua forma mais acabada, por outro lado, opera através da dominação puramente econômica.[4] Mesmo já sob relações sociais capitalistas, o imperialismo britânico que precedeu o americano, ainda seria *subordinado apenas formalmente* ao capital, não operaria de forma propriamente capitalista, no sentido de ainda basear-se no seu poderio político imperial e menos nos imperativos do mercado próprios do capitalismo. O imperialismo capitalista, em sua forma madura, sob hegemonia norte-americana, seria exportação e a universalização da compulsão do mercado para a esfera da geopolítica.

Nessas duas obras de Wood, o imperativo *do mercado* aparece como vetor fundamental do desenvolvimento capitalista e de suas metamorfoses sociais, aprofundando-o e expandindo-o socioespacialmente. Primeiro, tal imperativo associou-se à passagem de relações feudais específicas na Inglaterra do século XVI a relações propriamente capitalistas no campo, depois na indústria. Também conduziu a associação do capital industrial com outras formas produtivas, subordinando formalmente o produto do trabalho não-capitalista, até enfim, como resultado tendencial dessa relação, sua subordinação real, ou seja, expandindo-se

[4] A coerção militar e política (o "poder extraeconômico") ainda seria usada, mas não tanto para extrair tributos ou matérias-primas, e sim para garantir uma ordem favorável aos negócios e capital global e para forçar os Estados a se reestruturarem internamente (através de privatizações, desregulamentação, austeridade) para se tornarem "competitivos".

enquanto capital industrial. Muito posteriormente tais processos atingiram também as formas sociais dos *impérios e do poder global.* As formas pré-capitalistas de dominação imperial direta, sob o motor dos imperativos do mercado capitalista em expansão, teriam passado por um processo de subordinação formal ao capital na época da dominação britânica até adquirirem sua forma madura de *imperialismo capitalista* com a hegemonia norte-americana. Essa análise das transformações do capitalismo parece-nos basear-se no que entendemos inicialmente por definição "sociológica" do capital e do capitalismo, de como tais relações sociais específicas surgiram, dominaram praticamente todas as outras formas sociais existentes tendendo a substituí-las, sendo incorporadas em todas as esferas da sociedade e quadrantes do planeta.

Como vimos, o debate conceitual que pretendemos fazer aqui, está estreitamente ligado ao debate historiográfico sobre a origem do capitalismo e ao mesmo tempo, tem implicações diretas sobre as análises do capitalismo vigente e seus desenvolvimentos, como no caso da análise do imperialismo. Wood também debateu essas implicações sobre outros temas contemporâneos, como por exemplo, sobre a chamada "financeirização" do capital. Em polêmica com David Harvey sobre isso, ela critica diretamente a interpretação de longa duração por Giovanni Arrighi, em que a "financeirização" marcaria a fase mais recente do "capitalismo histórico":

> Quando Harvey cita, aprovando-a, a observação de Arrighi sobre 'o papel fundamental da financeirização como precedente de mudanças hegemônicas', entendemos realmente que o processo de 'financeirização' em Gênova ou em Veneza é, em essência, o mesmo que o atual processo de condução do imperialismo norte-americano, com a única diferença de quantidade ou âmbito geográfico? (...) Para Harvey, uma vez que o 'capitalista' é simplesmente alguém que coloca o dinheiro em circulação, a fim de se apropriar de mais dinheiro, o capitalismo não é senão mais do mesmo. A esse respeito não há diferença entre o comerciante que obtém lucro na alienação - compra barato e vende caro - e o capitalista cujo lucro assume a forma de mais-valor. Na verdade, dinheiro gerando mais dinheiro, sem a mediação de mercadorias ou de serviços mercantilizados, seria o suficiente para que as práticas mais antigas da usura satisfizesse essa definição. (Wood, 2001, pp.130 - 131)

Enfim, a naturalização do valor e as indefinições acerca do que são características sociais capitalistas na *Geografia Histórica do Capitalismo* (2011) podem ser agora melhor contextualizadas e diagnosticadas a partir de sua matriz teórica braudeliana/wallersteiniana, como certa diluição da especificidade dos próprios conceitos de valor, capital, capitalismo e capitalista lhe é inerente. Ainda que o problema da origem do capitalismo como totalidade

histórica não esteja resolvido para nós com a proposta de Wood, a sua crítica à generalização do que é "capitalismo" em autores como Wallerstein e Arrighi aplica-se diretamente aqui: ao estender uma categoria historicamente determinada a outras formações sociais, corre-se o risco de obscurecer precisamente o que é único e criticável no modo de produção capitalista.

Acumulação originária, território e valorização

Não pretendemos condenar o método braudeliano, nem as ricas análises sistêmicas de Wallerstein e Arrighi, menos ainda a geografia de Robert Moraes. Nosso intuito aqui é contribuir para uma determinação crítica dos conceitos de valor, capital e capitalismo nas abordagens geo-históricas do capitalismo que baseiam-se nas vertentes tratadas.

Ainda que conflituosa, a aproximação entre as matrizes conceituais de Braudel e Marx possibilitou a Antônio Carlos Robert Moraes uma complexificação da análise dos fenômenos capitalistas nas suas múltiplas escalas e localidades. Acreditamos que sua Geografia Histórica enriqueceu não só a geografia mas a teoria social e o marxismo em geral em diversos sentidos, ampliando as possibilidades de investigação crítica da sociedade capitalista mundial e brasileira. Na contramão de visões lineares e evolucionistas dentro e fora do marxismo sobre a história, ele demonstra, como já vimos que o capitalismo absorve e transforma formas produtivas preexistentes sem necessariamente destruí-las de imediato. Para além da sucessão entre modos de produção pretéritos e o capitalismo em expansão, o olhar geográfico de Moraes ressalta a sincronia entre essas diferentes formas produtivas. Na expansão das formas propriamente capitalistas de produção elas combinam-se com diversas formas econômicas, pré-capitalistas ou não-capitalistas que coexistem e se interpenetram.

Entretanto, numa reinterpretação crítica dessa abordagem multiescalar da geografia, entendemos tratar-se não de uma absorção de formas preexistentes de valorização pela "valorização capitalista", mas de variados processos combinados de subordinação e passagem das relações sociais pretéritas *à forma social de valor*, e dos diferentes processos produtivos *à forma de valorização*. Esses processos de transformação são marcados pela violência extra-econômica e pela dominação política direta, o que, para nós, corresponde historicamente à

acumulação originária de capital analisada nos "capítulos históricos" de *O Capital* (1985), que fundamentam os processos de valorização mas não são ainda propriamente valorização.

Segundo Marx, muitos métodos de acumulação originária "utilizaram o poder do Estado, a violência concentrada e organizada da sociedade, para ativar artificialmente o processo de transformação do modo feudal de produção em capitalista e para abreviar a transição. A violência é a parteira de toda velha sociedade que está prenhe de uma nova" (Marx, 1985, p.286). O sistema colonial destaca-se dentre os exemplos de acumulação originária por sua brutalidade, e tem especial importância para imposição da expropriação e da forma valor a todas as regiões do mundo. Através dele o "tesouro apresado fora da Europa diretamente por pilhagem, escravização e assassinato refluía à metrópole e transformava-se em capital" (Marx, 1985, p.286).

Essa violência concentrada no poder do Estado que caracteriza a acumulação originária e o sistema colonial é considerada por Robert de Moraes em sua análise geográfica enquanto *expansão territorial* da economia capitalista e seus organismos de poder, os Estados europeus capitalistas dominantes. Nas palavras de Moraes, "a colonização é - em essência - um processo de expansão territorial, constituindo uma modalidade particular de relação sociedade-espaço, marcada pela conquista, domínio e exploração econômica de novas terras" (Moraes, 2011, p.73). Dada a natureza coercitiva desses processos, a categoria de *território* é tomada aqui por sua definição mais clássica da Geografia Política, enquanto *espacialização do exercício de poder:*

> O poder é passível de ser apreendido enquanto ação, e o âmbito espacial de sua realização circunscreve o território, o qual se apresenta assim como área de prática de um poder. Nessa concepção, o território é, antes de tudo, um espaço de dominação, o âmbito espacial de um domínio político (mesmo que circunstancial e momentâneo). Ao exercício de um poder corresponde sempre um espaço do alcance de sua atuação, sua área de autoridade e dominação: um território. A extensão do poder se manifesta como expansão territorial; já a internalização e aprofundamento de um poder aparece como consolidação do domínio territorial. (Moraes, 2005, p. 113-114)

Tal acepção, demonstra-se apropriada para a abordagem geo-histórica dos processos de colonização, que, como vimos, em geral desenvolvem-se justamente como prática de poder. Se na concepção de Marx a violência é parteira da sociedade capitalista, em uma paráfrase geográfica propomos que *o território é o parteiro de sua espacialidade diferencial própria*.

Acompanhando Moraes, compreendemos que a transformação das diversas relações sociais em relações capitalistas espacializa-se originariamente enquanto conquista de territórios. Foi esse avanço territorial que gerou as variadas vias de desenvolvimento capitalista nos diferentes lugares e regiões do mundo. Por isso é tão importante para a compreensão da formação do sistema capitalista tomá-la por sua *dimensão territorial*.

Como demonstrou Marx (1984), essa violência política que origina o capital, assim como a opressão e a exploração de classes que o caracterizam em sua normalidade, tendem a ser ocultados pelo ordenamento econômico, social e jurídico próprios dessa sociedade. A acumulação de capital é socialmente naturalizada como um fato dado, resultado de uma evolução virtuosa da economia mundial. Parece-nos que a abordagem geográfica é promissora para o necessário desvelamento da origem, da natureza e do desenvolvimento dessas relações, sobretudo no que diz respeito à multiplicidade de processos correlatos em diferentes partes do mundo, já muito distantes geográfica e historicamente da realidade de Marx, ou da realidade inglesa dos séculos XVIII e XIX. A investigação da formação e do desenvolvimento do capitalismo a partir das suas formas territoriais ou espaciais, demonstra-se especialmente profícua para análise das particularidades nacionais, regionais e históricas de formação do capitalismo.

Moraes nos ensina que "a análise geográfica pode (e deve) utilizar o presente como referência de reconstituição histórica no estudo de formação dos territórios" (Moraes, 2011, p. 74). Isso implica que os processos políticos pretéritos podem ser rastreados em qualquer parte do mundo através das especificidades da sua formação territorial. Assim, tomando os espaços do modo de produção capitalista a partir da dimensão territorial neles inscrita, também é possível desvelar os processos de sua gênese, de forma ampla, em toda sua multiplicidade de formas. Os fenômenos capitalistas e suas fantasmagorias podem ser muito mais imperceptíveis por suas dimensões meramente sociológicas ou econômicas, enquanto deixam suas marcas mais explícitas (principalmente de sangue) na *formação dos territórios* ou na conquista territorial que caracteriza a formação desse sistema. Talvez justamente para reforçar essa sua qualidade "desfantasmagórica" da realidade capitalista que esboçamos essa pequena crítica à

Geografia Crítica (e Histórica), no sentido de suspender categorias de análise que generalizem a formas fetichizadas das relações capitalistas, como ocorre quando se naturaliza o valor.

Pode colaborar com esse propósito distinguir dentro de uma geografia histórica do capitalismo os processos extra-econômicos que fazem parte da formação do capitalismo daqueles que reproduzem esta sociabilidade em sua normalidade econômica. Em outras palavras, distinguir os processos históricos que abrem caminho para novas relações capitalistas, daqueles processos já inerentes ao seu funcionamento econômico "normal". Assim, os processos territoriais para formação de "tesouros" baseados na violência "extra-econômica" não se confundem com os processos de valorização propriamente dita. O mesmo vale para a exploração do lucro comercial de "comprar barato e vender caro". Esses processos são premissas para a formação do valor, mas não valorizam o valor. Em suma, na história do capitalismo, ou na geografia histórica do capitalismo os processos de acumulação originária e conquista territorial fundamentam os processos de valorização, mas não se confundem com eles.

Claro que esses desenvolvimentos se interconectam, se sobrepõem, se determinam mutuamente, e tornam-se concomitantes, contemporâneos. O surgimento de relações capitalistas e da valorização na Inglaterra determinou a expansão territorial e do mercado no resto do mundo e vice-versa. Mesmo hoje, com as relações capitalistas tendo se firmado em praticamente todo globo, a valorização do valor entra sucessivamente em crise, novos processos de violência direta e transformações são necessários para recomposição dessa sociabilidade e de seu domínio. Ainda assim, compreender a especificidade do que é valor, valorização, capital, parece-nos imprescindível para compreender a particularidade da forma capitalista, do modo de produção capitalista, do capitalismo; e imprescindível para dissecar como a lógica do capital se impõe e se expande para o conjunto das relações sociais no presente. Nosso esforço, ainda incompleto, vai no sentido de lastrear socialmente as categorias econômicas e geo-históricas.

Essa perspectiva permite identificar o que é próprio da sociedade na qual estamos inseridos, como essa especificidade interage, se associa, transforma e domina as demais relações, e, por fim, identificar suas possibilidades de supressão teórica e prática.

Afinal, se o valor fosse uma forma geral das relações humanas com a natureza ou o espaço, como seria possível almejar extingui-lo em nome de uma nova sociedade?

Fetichismo da topografia do mercado

Na primeira sessão de *O Capital*, as formas mercadoria e dinheiro são desdobradas logicamente até o desvelamento do seu conteúdo social contraditório. Sob as formas naturais dos produtos trocados no mercado, das formas naturais da mercadoria e do dinheiro, são, pouco a pouco, ao longo dos três livros, reveladas determinadas relações sociais de propriedade e produção. Mercadoria, valor de troca e dinheiro são desde o início apresentados como expressões do valor em sua existência capitalista, e, portanto, pressupõem historicamente o domínio do capital industrial (sobre o qual Marx só tratará posteriormente). Ao mesmo tempo, a existência de expressões de valor que envolvem processos de troca de mercadoria e dinheiro antecedem muito essa forma social moderna. Como já foi dito, sobretudo a partir das considerações de Ellen Wood, mercado e dinheiro existem há milênios e são muito anteriores ao capital em sua forma produtiva.

Se, por exemplo, passamos a essencializar a existência pré-capitalista do dinheiro, podemos diluir a dimensão sociológica que o determina no presente capitalista. Mais ainda, podemos atribuir ao *valor* um conteúdo social que lhe é estranho a partir do dinheiro pré-capitalista, vinculado a outro contexto histórico. Se, ainda nesse exemplo, considerarmos isoladamente que "os povos nômades são os primeiros a desenvolver a forma dinheiro, porque todos os seus haveres e bens tem a forma móvel e portanto alienável, solicitando-os a troca de produtos" como indica o próprio Marx (1985, p.82), poderíamos conferir anacronicamente a essas sociedades pré-capitalistas, a gênese do próprio *valor*. É justamente o que faz, no nosso entendimento, a concepção braudeliana de *longa duração*, ao admitir esse tipo de "riqueza móvel" já como *capital*.

Como já argumentado, com seu surgimento o capital industrial passa a dominar suas formas *antediluvianas* de capitais comercial e portador de juros. Entendemos que da mesma maneira o valor toma para si expressões de si que o precederam e condicionaram historicamente a sua existência. Contudo, essa anterioridade das expressões do valor em relação ao seu

conteúdo social capitalista ajuda a dissimular a sua especificidade histórica e favorece sua generalização. Marx critica a *Economia Política clássica* por restringir suas categorias de análise a essas formas mercantis e tratá-las como dadas. Reproduz-se, assim, um encobrimento das relações sociais vigentes que determinam essas categorias e também da origem histórica dessas relações.

De modo geral, o "capitalismo histórico" de matriz braudeliana parece operar de forma similar ao criticado por Marx, ao tomar suas formas topográficas como definidoras desse modo de produção. Assim como a mercadoria, o valor de troca, o dinheiro, o mercado e os bancos, entendemos que também a *topografia antiga do mercado* foi tomada como sua própria forma pelo valor/capital produtivo, mas ela o precede historicamente e não define sua especificidade. Essas formas do mercado são requisito para o surgimento do capitalismo, todavia são ao mesmo tempo subordinadas e ressignificadas por ele, pelo novo conteúdo social que o caracteriza. Como parte dos seus *fetichismos*, essa sociabilidade nova *se apresenta* objetivamente através das formas que a antecederam, encobrindo sua própria particularidade no presente e adquirindo a objetividade de uma forma natural. A essencialização dessas formas topográficas antigas parece reproduzir essa mistificação própria das sociedades capitalistas.

Assim a "objetividade espectral" do valor, esse poder estranho que se ergue e se impõe sobre os indivíduos na sociedade capitalista, seus imperativos automáticos, pode transformar-se em um cristalino e não contraditório "andar de cima da vida econômica", um *lugar* que exerce sua dominação por fora e acima do mercado, desde os tempos mais remotos, em diversas regiões do planeta, por qualquer centro de poder que tenha sido capaz de controlar uma região comercial e explorar um lucro improdutivo.

Referências

ARRIGHI, G. **O Longo Século XX: Dinheiro, Poder e as Origens de Nosso Tempo**. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

BRAUDEL, F. O Tempo do Mundo, In: **Civilização Material, Economia e Capitalismo, séculos XV-XVIII, vol. III**. São Paulo, Martins Fontes. 1996a.

BRAUDEL, F. Os Jogos das Trocas, In: **Civilização Material, Economia e Capitalismo, séculos XV-XVIII, vol. II**. São Paulo, Martins Fontes. 1996b.

CARLOS, A. F. A. et al. (Org) **Marx, a geografia e a teoria crítica.** Rio de Janeiro: Consequência, 2023.

COSTA, B. M. R. Forma valor e valorização do espaço: notas para um debate na geografia crítica. **GeoTextos** (POSGEO/UFBA), Salvador, v. 1, n. 2, p. 1-15, 2021. DOI: 10.9771/geo.v17i2.46438

DASHKÓVSKI, I. Trabalho abstrato e as categorias econômicas de Marx. **Eleuthería - Revista do Curso de Filosofia da UFMS**. Campo Grande, v. 9, n. 16, p. 181-210, 2024. DOI: 10.55028/eleu.v9i16

GRESPAN, J.L.S. **O negativo do capital:** o conceito de crise na crítica de Marx à economia política. São Paulo, Expressão Popular, 2012.

HEINRICH, M. **Introdução a *O Capital* de Karl Marx.** São Paulo: Boitempo, 2024.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. **Livro I. vol. I e II.** São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MORAES, A.C.R. **Geografia Histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia**. São Paulo: Annablume, 2011.

MORAES, A.C.R. Território, poder e justiça: comentários a partir da experiência brasileira. In.:KRITSCH, R. e RICUPERO, B. (Org.) **Força e legitimidade: novas perspectivas.** São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

MORAES, A.C.R. Geografia, História e História da Geografia. **Revista Terra Brasilis**, Rio de Janeiro, n.2, 2000. DOI: 10.4000/terrabrasilis.319

MORAES, A.C.R e COSTA, W. M. **Geografia Crítica: A Valorização do Espaço.** São Paulo: Editoria Hucitec, 1984.

PADIAL, R. **Sobre a passagem de Marx ao comunismo**. São Paulo: Alameda, 2024.

RUBIN, I.I. **A Teoria Marxista do Valor**. São Paulo: Editora Pólis, 1987.

RUBIN, I.I. Trabalho abstrato e valor no sistema de Marx. **Eleuthería- Revista do Curso de Filosofia da UFMS.** v. 8, n.14, p. 222-261, 2023. DOI: 10.55028/eleu.v8i14

RUBIN, I.I. Resposta aos críticos (1. Resposta a I. Dashkóvski)**. Eleutería- Revista do Curso de Filosofia da UFMS.** Campo Grande, v. 9, n. 16, p. 161-180, 2024. DOI: 10.55028/eleu.v9i16

WALLERSTEIN, I. **O Sistema Mundial Moderno I: A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI.** Porto: Edições Afrontamento, 1984.

WALLERSTEIN, I. **O Capitalismo Histórico**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

WOOD, E. M. **A Origem do Capitalismo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

WOOD, E. M. **O Império do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2014.

Como citar este artigo:

BORGHI, João Carlos. Naturalização do valor e topografia do mercado: conceitos geo-históricos do capitalismo entre Marx e Braudel. **Boletim Paulista de Geografia (BPG)**, São Paulo SP. v. 116, p. 582-611. 2026. DOI: https://doi.org/10.61636/sd328636

Recebido em 08 de dezembro de 2025

Aceito em 26 de setembro de 2026

Sobre o autor: Graduado em Ciências Sociais (2012) e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Também servidor técnico-administrativo da instituição desde 2010, hoje atua no Laboratório de Geografia Política (GEOPO) do Departamento de Geografia.

Financiamento: O autor declara que o presente trabalho foi realizado com apoio do Programa Institucional de Bolsas de Pós-Graduação (PIBPG) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil. Processo 133110/2025-7.

Editoração:

Igor Carlos Feitosa Alencar

Thell Rodrigues